

ISSN 1413-0718

HUMANAS

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
v. 28, n. 1, 2006

Porto Alegre

Humanas	Porto Alegre	v. 28	n. 1	p. 1-204	2006
---------	--------------	-------	------	----------	------

Tramas da memória e da identidade: as relações de reciprocidade e as especificidades históricas de uma região de colonização italiana no sul do Brasil

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky^{*}
UFRGS

1. Introdução

Pelo menos desde Durkheim, os atos de troca são considerados de suma importância para a análise sociológica. Seria bastante plausível imaginar que para as Ciências Econômicas o problema da troca estivesse presente muito antes, pois para que existisse uma economia os sujeitos deveriam estabelecer algum tipo de intercâmbio. Quem não lembra, por exemplo, de ter aprendido nos Manuais de Economia sobre as supostas vantagens comparativas do comércio internacional? Sobretudo das idéias dos economistas clássicos ingleses e suas sugestões para as “trocas” entre Portugal e Inglaterra (muito vantajosas, evidentemente, entretanto não para os lusos). Porém, mesmo Marx observou o caráter de suposta troca que haveria entre industriais e operários: o salário *em troca* da força de trabalho. Bastante conveniente, claro. Contudo, para a Sociologia que viria depois permanecia uma

indagação de fundo. Para além da exploração, teria a troca uma razão? O problema permaneceu pouco entendido até os trabalhos de Durkheim, as etnografias de Malinowski, e adquiriu uma interpretação com consistência por parte de Marcel Mauss. Foi a partir de Durkheim e seu sobrinho, Mauss, que a troca social obteve status de teoria. Apesar de ter geralmente um sentido prático e empírico (a coisa trocada), existiria uma razão simbólica que a estrutura. É o princípio de reciprocidade, com seus momentos de gratuidade e de obrigação, que mantém em relação social os sujeitos. Foi Lévi-Strauss, quando organizou os textos de Mauss para publicação, quem elevou a dádiva à própria constituição do social, argumento teórico aceito por alguns e contestado por outros.

O propósito deste trabalho é analisar o tema da reciprocidade, relacionando-a com os tópicos da memória e da identidade. Para este objetivo, pretende-se examinar a formação histórica, social e cultural do município de Veranópolis, Rio Grande do Sul, localizado numa região serrana de colonização majoritariamente italiana ao sul do Brasil. A particularidade da região, que motivou este estudo, é que em sua formação histórica, as relações de reciprocidade foram responsáveis por constituir um tecido social coeso, fortemente ancorado em laços sociais de proximidade, parentesco e amizade. Um tecido social que fora instituído de forma homogênea do ponto de vista étnico e religioso, por imigrantes italianos e seus descendentes. É neste ambiente social, em que a memória se dirigia sempre ao passado na Itália ou para o evento da imigração, e que a identidade adquiriu uma “textura lisa”, que vêm a ocorrer mudanças importantes a ponto de abalar a estrutura social e simbólica estabelecida. O desenvolvimento industrial e a urbanização ao longo do séc. XX operaram modificações sociais e econômicas profundas, tornando a sociedade local cada vez mais dominada por relações mercantilizadas. A partir deste desenvolvimento econômico, o fenômeno das migrações também vem a marcar a região: ela se torna um espaço de atração para populações em busca de trabalho. Em razão disto, conflitos sociais e simbólicos se tornam recorrentes no período recente.

Para os habitantes, as mudanças sociais, demográficas e econômicas passam a requerer uma re-significação das antigas práticas culturais. A questão passa a ser como manter os mesmos padrões de reciprocidade numa sociedade transformada, com muitos migrantes de outras regiões? Como compreender a diferença e conviver com o estranhamento numa região pautada pelos laços de proximidade e marcada pela identidade social?

Pretende-se mostrar neste texto que a dinâmica social de Veranópolis tem origem no modo de vida dos colonos. Portanto, ao longo do processo de desenvolvimento, a agricultura perde a importância econômica, mas as relações sociais que dela derivam (a reciprocidade, o parentesco, a proximidade) são fundamentais para todo o tecido social. Nesse processo, o modo de vida, amparado significativamente nos referenciais de identidade e memória coletiva, teria sido responsável pela geração de um tipo de sociedade com certa homogeneidade, centrada na identidade e nos valores do colono italiano e com forte controle social.

Para a realização do estudo, os procedimentos metodológicos utilizados basearam-se em técnicas e métodos qualitativos. Foram entrevistados 20 informantes que, conforme sugestão de Flick (2004), ocupavam diferentes posições sociais (quanto a trabalho, gênero, local de residência rural ou urbana) ou pertenciam a distintos grupos (quanto à etnia, religião e faixa etária). Este procedimento tem a finalidade de captar a complexidade e a “multiplicidade de vozes” no processo de conhecimento. Além das entrevistas - e das conversas informais, tão ou mais importantes -, foram feitas observações, o que necessitou deste pesquisador um “mergulho” no universo simbólico e o compartilhamento do cotidiano do local.

O texto está dividido em cinco partes. As duas próximas seções apresentam os elementos teóricos em conexão com os processos sociais históricos engendrados naquela região. Na seção quatro, problematiza-se a mudança e suas relações com as dimensões da memória, da identidade, das relações de reciprocidade e com o conflito social existente atualmente no local. Finalmente, a quinta parte traça algumas considerações finais do estudo.

102 2. A dádiva, as relações de reciprocidade e o interconhecimento camponês nas primeiras comunidades rurais de Veranópolis

O célebre *Ensaio sobre a dádiva* de Marcel Mauss poderia ser considerado o texto inspirador deste trabalho. No ensaio, Mauss (1974) propõe a centralidade que assumem os atos generosos quando indivíduos e grupos efetivam suas trocas em sociedade. Sob estas, são estruturadas as obrigações recíprocas contraídas pelos sujeitos e as formas de solidariedade entre famílias. Desse modo, o autor assinala que a dádiva e as atitudes recíprocas acabam sendo fundamentais para toda a ordem social.

Para chegar a essas considerações, Mauss examinou os fenômenos *potlach* (no noroeste americano), *kula* (na polinésia) e outros relativos às prestações totais, recorrentes nas sociedades tribais de diversos lugares, descritos por outros antropólogos de sua geração, tal como Malinowski. Assim, o autor do *Ensaio* estabeleceu que nas trocas existe algo mais que a mera coisa trocada, que quando o câmbio se estabelece uma moralidade é instituída (do receber e do retribuir). Dar, receber e retribuir faz parte de uma totalidade na qual os seres humanos são envolvidos: relações sociais que envolvem atos de troca, nas quais é impositivo dar presentes, aceitar e retribuir.

Devido ao fato de as trocas envolverem atos generosos, atos de poder e percepções simbólicas que colocam em movimento a totalidade de instituições de uma sociedade, o autor denominou isso de fato social total. A perspicácia de Mauss foi ter unido uma preocupação analítica sobre as relações sociais com uma consideração moral: não é somente um câmbio de produtos de qualquer natureza, ela carrega a potencialidade da sociabilidade humana, sobre a qual se fundam a solidariedade, a integração social e as obrigações mútuas.

Mais recentemente, Alain Caillé, pesquisador francês, fez um retorno bastante profundo da obra de Mauss. Caillé define dádiva como qualquer ação sem expectativa imediata ou certeza de retribuição, com objetivo de “[...] criar, manter ou reproduzir a sociabilidade,

comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade”. (Caillé, 1998b, p. 76 apud Sabourin, 2003, p. 1).

Na esteira de Mauss, para Caillé (1998a), a dádiva é ligação, é simultaneamente obrigação e liberdade. É na “aposta da dádiva” que os atores sociais manterão os vínculos, mas a dádiva não é norma, “[...] pois é, de fato, unicamente numa situação de incerteza estrutural que o problema da confiança e da tessitura do laço social se coloca [...]” (Caillé, 1998a, p. 15). O que Caillé está dizendo é que a obrigação simbólica é o espaço da liberdade; em razão disso, a preocupação do autor é reconstituir um sentido ético da reciprocidade.

Quando se inicia uma investigação sobre as relações sociais e a formação histórica de Veranópolis, é curioso perceber como as atitudes recíprocas foram fundamentais para a constituição dessa sociedade.

As primeiras comunidades rurais se formaram espontaneamente em torno das capelas que iam sendo construídas no meio rural. Os colonos se vinculavam a uma capela doando dízimo, pagando taxas de cemitério, contribuindo para a construção por meio de trabalho ou de dinheiro. Portanto, conforme postulou Caillé (1998a), havia um sistema de trocas-dom que formavam alianças locais e, no caso pesquisado, sempre em torno da religião (capelas e capitéis). A religião alicerçava esse vínculo, fazendo com que o sistema de dádivas se constituísse através do credo católico. São muitos os relatos de doações para igreja, ou trabalhos em mutirão para construção de capelas, tal como a construção da Gruta de Lourdes - uma das principais da cidade - que mobilizou muita gente, segundo Veronese (1986, p. 52).

Havia um sistema social local que centralizava os atos pela religião e *para esta*. O interessante é a expressão que o historiador Farina usa para qualificar os atos de doação: “espontâneos”, tal como escreve Caillé (1998a) sobre a dádiva. Sem a presença do Estado, os colonos se “obrigavam a ser espontâneos”. Esta é exatamente a interpretação que Godbout (1998) tem; na medida em que se concebe a dádiva como obrigação, ela só se realiza na prática quando existe a liberdade de ação. Mas a possibilidade de escolher a retribuição já é

uma intuição de que há algo de “obrigatório” (imperativo), que é justamente o sentimento de agir reciprocamente. Talvez esteja exatamente aqui a gênese para se entender a reciprocidade e os atos generosos dirigidos ao grupo local. De outro lado, obrigar a ser livre pode também ter como resultados relações de exclusão com aqueles que não “foram espontâneos”. Portanto, a formação de alianças nas comunidades é também formação de controle social sobre os atos dos vizinhos, sobre como é exercida a sociabilidade e quem se beneficia das trocas.

Até 1898, os colonos estavam isolados do poder municipal, que se situava a 99 km de distância; portanto, o Estado era quase ausente. Farina (1992, p. 208) salienta que “[...] a absoluta falta de dinheiros [...] tornava a solidariedade uma questão de vida e morte [...]”.

Veronese (1986, p. 6) registra que as capelas eram o centro da vida social local e representavam associações de socorro mútuo. As capelas davam apoios “materiais e espirituais”. Se os colonos davam recursos para a construção e manutenção da igreja, esta, por sua vez, retribuía em trabalho espiritual, num claro sistema de reciprocidade (e de poder).

Outra prática social que se tornou muito recorrente desde as primeiras décadas de colonização na Serra Gaúcha foi o filó. Estes eventos eram reuniões que aconteciam nas casas dos colonos, quando famílias amigas se reuniam para orar, conversar, jogar carta, trabalhar. Geralmente à noite, os filós tinham como intenção aproximar as famílias, e eram momentos de fortalecer os laços. Durante os encontros, Farina escreve que, muitas vezes, se produzia algo, por exemplo, palha de cigarro. Nota-se que aqui começa a se esboçar aquilo que Mendras (1978) afirmou ser fundamental para as relações sociais entre o campesinato: o interconhecimento. Esse conhecimento prolongado que há entre as pessoas somente é possível quando os contatos sociais são intensos e recorrentes. Galeazzi (1998, p. 132) qualifica esse encontro como a realização da convivência e do envolvimento, e as famílias manifestavam isso com a presença de todos os membros nas reuniões (ninguém da família deveria faltar).

Esse interconhecimento e a convivência proporcionaram as ajudas que as famílias prestam a seus vizinhos quando era necessário.

Os filós envolviam práticas religiosas, atividades laborais, lazeres, solidariedades, o que os tornava intensos. As famílias sempre se reuniam e, a cada vez, era na residência de um colono (nunca o mesmo) onde aconteciam. Durante os filós, os atos em torno da dádiva eram fundamentais; as famílias hospedeiras ofereciam os alimentos, bebida, lenha para o fogo e local de encontro (Galeazzi, 1998, p. 133). Às famílias convidadas era imputado aceitar o convite e retribuir num momento subsequente. Realizado geralmente na cozinha, as mulheres conversavam e trabalhavam num canto, os homens permaneciam falando ou jogando perto do fogo, e as crianças brincavam por perto e ouviam histórias; segundo Galeazzi (1998, p. 133) a reza era deixada para o final. Depoimentos obtidos durante a pesquisa de campo mostram que ainda acontecem, mas são menos recorrentes nos dias de hoje.

Esse evento representava uma das maneiras de interagir localmente com os grupos de vizinhos, parentes e amigos. De Boni e Costa (1984, p. 152) escrevem que muitas vezes o grupo vicinal era tão ou mais importante que o familiar. A troca de dia, o empréstimo de carne ou frutas (que os autores consideram ainda “sagrados” em alguns lugares) eram doações que procuravam fugir da rotina, embora os presentes fossem comuns entre as famílias. Matar um gado e doar uma parte era importante porque uma única família não consumiria tudo até que carne se mantivesse em bom estado, então as doações e os atos de contra-prestação asseguravam trocas materiais e solidificavam vínculos sociais. Pode-se dizer que os colonos eram também compelidos a participar, o que vinha a ser necessário para a manutenção das “boas relações”. É preciso salientar que De Boni e Costa (1984) insistem na coesão social que essa prática assegurava, tanto internamente aos grupos parentais como vicinais.

Essas manifestações da sociabilidade local permitem observar a importância do interconhecimento e dos atos generosos entre as famílias e destas para com a igreja católica. A referência ao interconhecimento é central neste estudo, pois está em questão

106 mostrar como a identidade social se constrói no tempo e no espaço a partir de relações sociais do cotidiano.

Cabe salientar nesta parte que a identidade é geralmente entendida como um atributo de determinado grupo que o diferencia de outros. Por meio de representações, a identidade conforma o entendimento que o grupo tem de si e também como os outros os vêem, conforme explicitam Silva e Bittencourt Júnior (2004, p. 23). Analisando comunidades negras, esses autores (2004, p. 27) enfatizam o papel da origem comum, dos hábitos e dos “fragmentos de memória” para a formação das identidades, no caso, étnicas. Esta parece uma aproximação com o que observa-se em Veranópolis, visto que o investimento emocional no passado é constante na sociedade local. A tematização do limite do grupo também é elementar no que diz respeito à identidade, o que Anjos et al. (2004, p. 54) chamaram de “processo de negociação e edificação de suas fronteiras”. Este aspecto, a definição do Nós e dos Outros, é fundamental na sua afirmação.

O interconhecimento, tal qual afirmado acima, é um processo. Neste sentido, o tempo vem a ser uma variável-chave, o que permite a aproximação da formação da identidade ao tema da memória. Anjos et al. (2004, p. 55) sugerem que a memória é um operador relevante da identidade social, uma vez que é “[...] forjada no âmbito das experiências do grupo que irá sustentar a lembrança”. A memória é, de certo modo, recurso, pois a apropriação do passado será concernente ao que ocorre no presente. A reconstrução do passado é um ato do presente, tal como sustentara Maurice Halbwachs. Por isso, a memória age no plano dos significados, estruturando um modo coletivo de entender o passado, o que vem a fornecer um sentido para o presente, para a identidade.

É com esse sentido que Tedesco (2004, p. 163) recorda que a memória, mesmo a que parece muito singular, tem um caráter coletivo com implicações importantes para o sentimento de identidade. Apoiando-se em Halbwachs, Tedesco sugere que as lembranças de uma pessoa ocorrem, muitas vezes, em função de que os outros a

fazem rememorar. Na medida em que recorda, ela ratifica seu pertencimento ao grupo¹.

Voltando ao tema da dádiva e da reciprocidade no contexto histórico analisado neste estudo, e salientando outro ponto de vista, nem todos colonos cooperavam, e aqueles que cooperavam não o faziam sempre. Além disso, com o passar do tempo, as sociabilidades também se modificam, ainda que muito da cultura seja preservada. Assim, Farina (1992, p. 86) afirma que o imigrante era solidário principalmente no início, mas a circunstância de competitividade o levou a buscar fortuna para si e sua família. Conceituar essa sociabilidade através da dádiva (a reciprocidade sempre *possível*, mas nunca com certeza), faz parte do terreno movediço que é a relação social humana. As ações em prol do enriquecimento e do sucesso econômico, que serão fundamentais para a constituição do modo de ser do colono, não fazem desaparecer a reciprocidade e a dádiva, mas a modificam. Fato é que a dádiva já se manifestava, desde sempre, também como uma sociabilidade agonística², por isso os relatos e documentos destacam a aparente contradição na forma de ser do colono, motivado para a doação e para o egoísmo ao mesmo tempo.

3. Economia, redes e identidades sociais: a formação de um modo de ser

A partir dos anos 1930 e 40, as relações de reciprocidade e de interconhecimento entre as famílias já possuíam uma história, e esta sociabilidade, que foi fundamental para o início da colônia e que vinha a ser um dos sustentáculos das comunidades rurais, agora era acionada com mais intensidade para os empreendimentos econômicos. Esse era o caso das famílias que formavam associação empresarial. Não raro as famílias mantinham algum negócio em comum, geralmente um empreendimento de comércio, serviço ou de natureza industrial, ainda que em bases artesanais. A reciprocidade extrapolava os limites da sociabilidade para atingir as formas econômicas de reprodução das famílias e, nesse processo, engendravam embrionárias redes de

108 produção. Devido às relações de proximidade serem centrais para desencadear esse processo, as redes de trabalho se realizavam por meio do interconhecimento.

A menção do termo rede pode ser muito apropriada para entender o que ocorria com a sociedade local. As relações de reciprocidade que amparavam a economia e a política nas primeiras décadas eram localizadas nas comunidades. Nelas, o parentesco se constituía num dos firmamentos em que as relações entre diferentes famílias se ancoravam. Tal como estudado por Mendras (1978, p. 97), era crucial a “importância da área de endogamia em cujo seio se concluem os casamentos”. Entretanto, com o passar dos anos as relações se tornaram mais sólidas e a economia cresceu gradativamente. Essas relações de proximidade entre as famílias acabam sendo fundamentais para que a economia se projete, pois é em associação que muitos empreendimentos se realizam. Tal como o depoimento:

Pelo o que eu sei é que na época também havia carência de mão-de-obra de ferreiros. Então ele [o avô] buscava com a família Barbieri, uma troca. O sr. Barbieri ia na oficina do avô pra ajudá-lo da fabricação da arma e ele colocava a sua filha mais velha na lavoura no lugar do seu Barbieri para trabalhar. E depois, se associou também à família Dal’Agnol. (entrevistada n. 9).

E também é por meio dessas relações sociais que estabelecimentos de um mesmo ramo se vinculam, constituindo ligações estáveis. Farina (1992) também mostra informações interessantes a esse respeito. Diversas fabriquetas ou estabelecimentos comerciais iniciavam por meio de famílias que se conheciam de longa data. Quando não amigos, eram irmãos que também procuravam esse meio para inserção laboral ou mercantil, por exemplo, em Bertocco (1998). Muitos dos empreendimentos que compartilhavam mercados formaram redes³, nas quais as relações de reciprocidade estruturavam suas interações. Porém, era claro que esses estabelecimentos eram concorrentes, pois buscavam “fatias” de mercado muito semelhantes. Aqui as relações de proximidade mostrarão uma interessante perspectiva sobre como as pessoas podem se aliar a seus concorrentes

ou competir com amigos e parentes. Desde então, haverá na sociedade local uma propensão em balancear relações de reciprocidade e concorrência, em que a primeira servirá como uma forma de regulação da economia.

O interessante é perceber como, lentamente, os atos de prestação e contra-prestação (as dádivas e as atitudes recíprocas) eram direcionados ao que se pode chamar de “econômico”. As obrigações mútuas, as associações e os vínculos sociais se orientavam para uma finalidade eminentemente econômica. Era como se as externalidades positivas da dádiva tivessem um efeito primordial sobre a economia, mais que na política ou outra esfera do social.

E por que motivo encontramos essa característica tão proeminente nas condutas sociais das pessoas dessa região? Analisando-se novamente a história, observa-se que os relatos sobre a epopéia dos italianos concluem que eles chegaram com extrema dificuldade no local onde seria erigido o município. São inúmeros os documentos, livros e depoimentos que enfatizam a dificuldade do processo de colonização e a sobrevivência nos primeiros tempos, por exemplo, em Ruschel (1998), Bertocco (1998) e Farina (1992). Isso se verifica também nos discursos:

Aqui eles [os imigrantes] não encontraram casas, não encontraram nada. Tiveram que construir tudo. Muitos deles viviam a base de pinhão até começar a colher alguma coisa diferente do que trouxeram da Itália. Eu só imagino o sofrimento que eles tiveram e, hoje, 130 anos depois, nós temos a região que nós temos. (entrevistada n. 14)

Observando os relatos, não é de se duvidar das dificuldades que esses imigrantes enfrentaram para se instalar nas novas terras, embora novos estudos tenham apontado outras conclusões, até mesmo sobre a tranquilidade da viagem (Corteze, 2005; e também Maestri, 2005)⁴.

Apesar da importância dessas novas descobertas de pesquisa social e histórica, não está em questão a veracidade dos depoimentos no processo de leitura que se opera na análise. O importante, no entanto, é assinalar de que maneira esses elementos discursivos

acabam por ser formativos do modo de ser, revertendo para a própria perpetuação dos elogios a respeito da epopéia dos imigrantes. Durante as primeiras investidas no novo continente os colonos já priorizavam a prosperidade como *telos*, e este se reforça com o passar das décadas com o efetivo sucesso econômico que atingem muitos deles. Assim é que a reciprocidade e concorrência vêm a se mesclar, fornecendo orientações econômicas para a dádiva e para as redes sociais.

Os relatos e textos examinados parecem confirmar as teses sobre a História formuladas por Benjamin (1985a). Entre os colonos, parece operar uma curiosa lógica que oscila entre o passado como reminiscência (que é abarcado como grandiosidade e conquista, de um lado, e sofrimento e amargura, de outro) e o futuro em aberto visando o progresso. Paradoxalmente, a suposta abertura do futuro se contradiz com fato de que “o olhar está encravado no passado” que se distancia, tempo pretérito que acaba se tornando guia do que virá, gerando um presente/futuro que seria uma tentativa de realizar nobres atos tal como os antepassados fizeram. O paradoxo se duplica, já que o futuro - visto como “evolução” - pode ter o efeito de “apagar os rastros” inscritos pelos antepassados. Portanto, a própria perpetuação do passado, como ordem que confere sentido aos atos no presente, está o tempo todo instável e na possibilidade de desaparecer, com a apologia ao progresso e à ousadia.

Contudo, essas transformações são passíveis de uma readequação simbólica coletiva, feita de tempos em tempos, cujo objetivo é tentar preencher as lacunas onde os significados não são precisos. Se o paradoxo da consciência do tempo é que ela se dirige para o futuro com os olhos no passado, o que se desenrola no curso da história é a iminente possibilidade de que os rastros desapareçam lentamente. E como seria possível se contrapor a essa estranha lógica? Pela noção de evento, que orienta o olhar para o passado (pois ele faz sentido em conexão com eventos anteriores), mas que não perde o dinamismo daquilo que é novo e que é conquista das gerações no presente. No caso estudado, interessante é perceber esse acontecimento a partir do episódio da imigração. A noção de evento funciona como um marcador do tempo, mais semelhante à idéia de um mito (fundação).

O evento vem a ser recurso simbólico construído como um “nó” na linha do tempo e que “amarra” os tempos pretéritos, sejam eles distantes ou próximos. Ora, o passado da vida na *comune* italiana é cada vez mais distante; contudo, conserva-se presente na memória. Presencia-se, neste caso, uma rememoração, um ato de tecer no tempo os episódios em redes simbólicas e, na interpretação de Benjamin (1985b), o que importa não é o vivido, e sim a textura da lembrança e do esquecimento. O passado de fato dos colonos que aqui aportaram é aquele que se inicia depois do evento chamado de “imigração”.

Por conseguinte, quando se passa a vivenciar o cotidiano na região de Veranópolis, entrevistando moradores e partilhando do seu tempo, um olhar atento logo percebe a existência de uma aspiração eloquente das pessoas para virem a possuir seus próprios empreendimentos. É como se existisse uma racionalidade que não aceitasse o sucesso material pleno sem que se esteja com sua própria empresa, esteja ela consolidada ou em andamento.

Os imigrantes ansiavam desembarcar numa terra onde não havia padrões como nas suas comunidades na Europa, para poder realizar o sonho de vir a ser seu próprio chefe, ter liberdade para dar o rumo que quisessem à sua vida e da sua família. Quando resolveram empreender a travessia do Atlântico, largaram o que tinham em sua terra. Portanto, nesse processo de cortar as raízes mesmo sem perder as suas memórias, está em jogo um evento de dupla natureza que imprime marcas nas gerações. De um lado, o evento marca o outro início, o “nó” na trama da história que constitui uma nova vida no continente americano; de outro, deixar para trás a segurança, mesmo na dureza que representa o ato, passa a constituir o modo de ser daquele que não terá mais dificuldade de abandonar sua estabilidade. Mais que isso, na memória social essa ruptura trouxe benesses, ela é por vezes necessária para a vida. No Velho Mundo a vida se tornou tão dura que foi preciso reconstruí-la em outro lugar.

Assim é que a viagem no navio tem continuidade na terra firme, e a imagem ilustra não mais o caráter espacial (o deslocamento do Velho para o Novo Mundo, deixando tudo para trás), mas a

112 temporalidade, uma espécie de odisséia. O sucesso não se restringe à chegada em terra firme após cruzar o oceano, mas à chegada ao sucesso econômico: *la cucagna*.

Eu me lembro que [meus pais] falavam “la cucagna”. Aquela pessoa alcançou o sucesso, alcançou o auge, conseguiu vencer na vida. Eu acho que “la cucagna” é a nossa evolução nesses 130 anos. Nós estamos mostrando a origem da comunidade e ao mesmo tempo mostrando a nossa cidade. Tudo que nós vivemos hoje. Então, “la cucagna” é o que nós alcançamos até hoje. Tem uma brincadeira que tem um pau de sebo e no fim coloca prêmios. As pessoas têm que subir e quem chega lá pega o prêmio. Essa brincadeira é também chamada de “la cucagna”. Porque as pessoas, quando chegam lá, elas tem uma compensação, um prêmio. (entrevistada n. 14).

Essa racionalidade compartilhada socialmente fornecerá o motivo propulsor. O depoimento a seguir é exemplar sobre esse aspecto:

Eu sempre pensava comigo mesmo ou falava pra minha esposa que um dia eu ia ter um próprio negócio. Não sei o quê, mas eu pretendia um dia não trabalhar a vida inteira de empregado. Eu tinha dentro de mim alguma coisa que dizia que eu tinha que abrir o meu negócio, sabe? [...] Eu só não sabia o que seria esse negócio. Sinceramente, naquela época eu dizia que eu ia botar, mas que negócio eu ia colocar eu não sabia. (entrevistado n. 7)

O trecho transcrito acima é central para o que se quer demonstrar. Atitudes baseadas no interconhecimento e na reciprocidade, ou seja, relações personalizadas e de proximidade foram centrais para o desenvolvimento da colônia. Porém, dádiva e reciprocidade isoladamente não “geram” desenvolvimento e não inspiram uma racionalidade orientada para o crescimento econômico. Essa forma de pensar possui uma origem e uma formação histórica que passa a orientar as práticas em geral. Tomando-se por base o depoimento acima, o que deve ser salientado é que o entrevistado não sabia sequer em que setor da economia gostaria de tentar sua sorte, ele apenas insistia que não seria um empregado, queria ser dono de si.

Até esta parte do trabalho, observou-se de que modo foram formadas as identidades sociais em Veranópolis, qual o papel das relações de reciprocidade para o tecido social local e em que medida a memória atuou como um repositório orientador da ação. Valeria a pena indagar: o que ocorre com estas três dimensões (identidade, memória e reciprocidade) quando as mudanças sociais se processam com mais intensidade?

4. Memória, (des)continuidade e conflito social

Veranópolis se desenvolve ao longo da história como um típico município de colonização italiana no sul do Brasil. A etnia e a religião exercem efeitos sociais e culturais de expressiva capacidade para aglutinar os atores e formar as identidades sociais. Talvez seja em virtude disso que haverá uma preponderância de casamentos internos às etnias⁶, gerando laços parentais de proximidade, isto é, uma comunidade que começa a se constituir num território não mais de italianos propriamente, porém de ítalo-brasileiros. Em tom poético, Galeazzi (1998, p.133) escreve que com o passar do tempo

[...] é no cemitério que iam se alinhando cruzeiros dos pioneiros italianos, que da Itália unificada conservam apenas a lembrança [...]. O seu patriotismo não passava além da profunda nostalgia de seus vilarejos, que levam consigo para o túmulo.

A imagem mítica é interessante, visto que a constituição do imigrante é também a construção do italiano *na* América. É com o passar do tempo e com a chegada de outros grupos sociais nesse espaço, que o sentimento arraigado acerca de sua etnia, de sua forma de viver e de trabalhar serão fontes de conflito social no município, como veremos adiante.

Uma primeira reflexão sobre o tema da reciprocidade poderia levar a imaginar que ela desapareceria do cenário social, uma vez que é característica de uma sociedade que não foi “tomada” por relações capitalistas. E Veranópolis desenvolve-se economicamente, a ponto de se tornar um município industrializado e com muitas atividades do

ramo serviços. Entretanto, essa hipótese, que certamente teria uma forte influência dos escritos de Karl Polanyi (2000) - para quem o capitalismo teria instituído mercados impessoais e auto-regulados -, não se confirma. A pesquisa de campo que originou este trabalho verificou que interconhecimento e reciprocidade continuam sendo centrais para a regulação dos mercados, inclusive do mercado de trabalho. A agricultura perde sua importância econômica, mas os valores sociais que derivam do modo de vida do colono agricultor permanecem importantes para o tecido social.

Na realidade, as relações de reciprocidade na economia de Veranópolis não desaparecem, contudo, também não permanecem iguais às dos primeiros colonos. De fato, o desenvolvimento das relações capitalistas no território supõe um reordenamento dos elementos simbólicos compartilhados socialmente. É assim que a reciprocidade é re-semantizada para fins bastante específicos, ou seja, ela é utilizada como estratégia. O que é mais paradoxal é que essas relações, que se amparam no parentesco, na amizade e na proximidade serão acessadas para estratégias econômicas. A contradição vem a ser que o capitalismo se alimenta de uma dinâmica que lhe é externa.

A consequência política da revitalização da reciprocidade é o conflito engendrado localmente. Ocorre que desde os inícios dos anos 1980 a região foi palco de ondas de migrações. Desde que Veranópolis alçou um crescimento econômico razoável e se tornou mais diversificada em sua base produtiva, com a ampliação das atividades industriais e do setor de serviços, passou a receber migrantes de regiões em processo de estagnação econômica ou que sentiam os efeitos da intensificação tecnológica na agricultura.

Apesar de os migrantes hoje residentes em Veranópolis serem oriundos de diversos municípios (do Rio Grande do Sul e de fora do Estado), é possível definir claramente grandes grupos possuindo mesma origem. Destacam-se três regiões para as quais se percebeu mais menções durante os depoimentos, e caracterizavam eventos migratórios bem específicos: os provenientes de Lagoa Vermelha, os da região do Alto Uruguai (norte do Estado) e os que se mobilizaram

do centro ou norte do país para a construção da usina hidrelétrica Montes Claros. Não foi possível determinar exatamente o período em que se iniciaram as migrações, mas pode-se afirmar que os primeiros são os mais antigos e migraram há mais de vinte anos; o segundo grupo iniciou o processo na passagem dos anos oitenta para os noventa (não cessando); os últimos se deslocaram no final dos anos noventa e, a princípio, iriam permanecer apenas temporariamente, na interpretação dos próprios veranenses.

Caracterizando os três grupos citados acima, a maior parte dos migrantes que se deslocou há algumas décadas de Lagoa Vermelha são o alvo de maior preconceito pelos antigos moradores, visto que muitos são pobres. Sua região de origem também é constantemente identificada como lugar de pouco desenvolvimento econômico, onde as pessoas não querem ou “não gostam de trabalhar”. Alguns relatos informaram que eles migraram para Veranópolis com a finalidade trabalhar numa empresa, numa articulação do então poder público com essa empresa; foram alojados em locais de difícil acesso e sem infra-estrutura, depois foram transferidos a outro local (talvez com condições piores). Entretanto, não havia postos de trabalhos para todos e, ainda assim, muitos dos que obtiveram ocupação, largaram seus empregos. Grande parte dos que são provenientes de Lagoa Vermelha moram num bairro chamado de “Segundinha”, onde um contingente importante da população é pobre, e uma parcela recebe ajuda de organizações assistenciais para compra de alimentos e pagamento de contas. Devido ao fato de terem a cor da pele mais escura, o fenômeno da pobreza e a raça (parda ou negra) aparecem identificados como uma essência pelos colonos de origem européia.

Já entre os migrantes vindos do Alto Uruguai a situação é diferente. Muitos são de cor de pele branca e de sobrenome italiano, fatores que já tornam sua convivência mais fácil com os moradores antigos. São vistos como pessoas trabalhadoras, mas também são motivos de certo tipo de juízo, geralmente não muito amistosos. Nesse caso, é como se houvesse certo receio da cidade de Veranópolis ser “tomada” pelos de “fora”. Os provindos do Alto Uruguai são

ocupados em diversos setores da atividade econômica em Veranópolis, como restaurantes, fábricas e outros.

Quanto aos migrantes que vieram para Veranópolis com o objetivo de trabalhar na construção da usina, relatos informam que chegaram entre três e quatro mil pessoas para trabalho temporário na grandiosa obra. Mas a maior parte dos operários (cerca de 70%) foi embora depois que a obra terminou, ficando o restante na cidade. Este restante procurou se empregar nas atividades locais, e muitos o conseguiram com êxito. Uma entrevistada relatou:

Depois de uns cinco anos pra cá, eu te diria que o fato de ter vindo o pessoal pra barragem mudou muito, porque a [empresa] Camargo Correa foi embora, mas ficou muita gente. Então eles são empregados aqui, mas ainda assim são estranhos, para a gente. (entrevistada n. 1).

No relato acima, pode-se interpretar que os indivíduos que foram a Veranópolis para trabalhar na construção *deveriam* ter ido embora ao final da obra, não lhes facultando o direito de permanecer. Os grupos de fora do local são considerados como estranhos, e os juízos não são pontuais, eles valem para todos os aspectos da constituição do sujeito. Conforme relato:

Eles têm um jeito diferente, uma maneira diferente de falar. Às vezes a gente faz uma pergunta e eles respondem de outro jeito. Mas eu sempre me dei bem com essas pessoas. Às vezes eu evito conversar algumas coisas que eu acho que não “encaixa”.[...] (entrevistada n. 5).

No depoimento fica evidenciado como a diferença pode ser interpretada a partir de uma *essencialidade*, onde se combinam maneiras diferentes de falar, de trabalho, de viver e de pensar o futuro. Essa diferença é vista como algo necessário a ser afastado e evitado. Outro informante voltou a se referir ao gosto pelo trabalho do colono de origem italiana, presente não só em Veranópolis como na região: “Eles [os de fora] são diferentes. O pessoal daqui gosta mais de trabalhar do que os de fora”. (entrevistado n. 6). O gosto pelo trabalho é um fator elucidativo, porque ele mostra em que proporção

os residentes antigos do local podem se sujeitar a salários baixos e trabalho pesado sem que isso venha a gerar conflitos sérios; os migrantes têm precauções contra a exploração e, ao contrário dos veranenses, não têm ligações pessoais sólidas no território. Por conseguinte, o que aos olhos de um pode ser o “gosto pelo trabalho”, para os de outro transmuta-se em não se deixar enganar e explorar. O fato é que o grupo local estabelecido divide uma comunidade moral (Bailey, 1968) profundamente influenciada pelos padrões comportamentais recíprocos (Caillé, 1998a).

Seguramente, a cor da pele se constitui no mais imediato fator de preconceito. Segundo o relato de uma informante-chave que é nascida fora de Veranópolis, quando indagada sobre os principais motivos de conflito no município, respondeu:

Resumindo, o que acontece é o racismo contra o pessoal [que veio de fora do Rio Grande do Sul trabalhar na obra] da empresa Camargo Correa porque eles são de cor. E todo gringo por natureza ou italiano dessa região aqui é preconceituoso contra o brasileiro de cor. Então eu vejo dessa forma. (entrevistada n. 1).

E outro depoimento evidencia:

[Alemãs e Italianas] são culturas trabalhadoras. A cento e poucos quilômetros daqui tem o município de Lagoa Vermelha que os daqui chamam de “pêlo duro”. Afirmando “- esse é de Lagoa Vermelha, não gosta de trabalhar”. É por causa da cultura. (entrevistado n. 8).

Portanto, há separação de grupos, que pode resultar em classificações hierárquicas (Bourdieu, 1989b) atribuídas aos grupos com menos recursos simbólicos ou, conforme os estudos de Elias e Scotson (2000), com menos organização interna. Os dois elementos aparecem no estudo de caso e se combinam, pois a falta de recursos simbólicos está atrelada à inexistência de recursos (no sentido de relações sociais constituídas) e de organização.

Quando chegam, os migrantes procuram entender o mundo à sua volta, tentam localizar aqueles que consideram os seus pares,

118 estabelecer canais de informação e relações sociais sólidas. Já os grupos que residem no local possuem relações estabelecidas, conhecem bem os processos sociais locais e podem se articular com mais facilidade, fato que é ampliado visto que possuem passado comum (identidade de colono de origem italiana ou polonesa e religião católica). Convém compreender que, tanto para os antigos moradores como para os recém chegados, as mudanças causam impactos, e eles precisam interpretar o que acontece.

Até há alguns anos, [...] tu conhecias o avô, o pai, o filho e o neto no convívio da comunidade. Mas na cidade, em torno de cinco ou seis anos, chegaram milhares de pessoas de outras localidades pra trabalhar. Quando se vive numa cidade do interior, você conhece até o soldado da brigada. Então o que aconteceu [...] foi que nós não estávamos habituados a tanta gente. E assim, particularmente, assustou um pouco. Porque chegou gente aqui com uma cultura totalmente diferente da nossa, gente que não tinha roupa, que não tinha colchão. Então nós nos sentimos um pouco temerosos. O que essas pessoas vão fazer se não tiverem condições? (entrevistado n. 10).

O depoimento revela que a ida de trabalhadores para Veranópolis se expressou como um evento desconhecido para as populações locais. A transformação é vivenciada e, utilizando os recursos sociais e simbólicos disponíveis, eles se articularam para entender a situação e até para agir em relação aos migrantes, como continua narrando o entrevistado:

Nós, eu particularmente, a empresa e os funcionários, fizemos até campanha para coleta de roupa, de colchão, de travesseiro, de lençol, pra ajudar essas pessoas. Assim, nós nos moldamos ao que estamos vivendo. (entrevistado n. 10).

Nesse processo de acomodação, a dádiva, sendo aqui exposta nas diferentes doações que foram dirigidas aos novos moradores locais, vem a representar uma maneira de interagir; funciona mesmo como um “quebra-gelo”, um ato unilateral voluntário e obrigatório simultaneamente, como referendaram Caillé (1998a) e Godbout

(1998). O conteúdo obrigatório se faz presente, pois as doações eram necessárias para o bem de todos, e voluntárias, porque a ninguém em particular foi imputado tomar a iniciativa.

Desse modo, como visto acima, reciprocidade e proximidade acabam não apenas articulando atores sociais na sociedade local, mas sendo recursos *sociais* da identidade contra a diferença. A identidade de colono italiano é reforçada, e mesmo utilizada discursiva⁸ e politicamente contra uma tentativa de tornar o território menos hegemônico por parte dos migrantes. A memória socialmente compartilhada e os trunfos coletivos se tornam basilares nesse processo de manutenção da cultura e da identidade.

5. Considerações finais

O trabalho mostrou de que maneira relações de reciprocidade se processaram historicamente no município de Veranópolis, formando identidades singulares. Pode-se enfatizar que a memória desempenhou um importante papel para essa finalidade, uma vez que foi sustentáculo da manutenção de um modo de viver e de pensar coletivo. A maneira de viver dos antigos colonos serviu como alicerce das gerações seguintes, uma marca profunda que é colocada em risco com as transformações que são, por vezes, independentes e mais vigorosas que as “vontades da tradição”.

A principal conclusão é que podem-se verificar três planos nos quais se desenrolam os processos sociais acima caracterizados: o tempo, interpretado como sucessão de mudanças; a reciprocidade, que estrutura a ação social no espaço das relações de troca; e a identidade, que se vê confrontada com as transformações culturais. É relevante observar que a memória e os recursos simbólicos investidos nas identidades agem nos três planos como formas de resistência. A memória possui uma dupla função, pois além de ser ordenadora do tempo passado, tem o desafio de não se esvaír, restituindo o lugar dos sujeitos e das suas identidades.

No primeiro plano, a memória e os mapas de sentido que são socialmente compartilhados, procuram operar suturas contra a

mudança. Eles agem como fundamentos para que os sujeitos entendam as transformações sociais sem que se perca o sentido do curso da vida. Por isso, os eventos funcionam como suportes para memória, oferecendo um panorama sobre o qual a mudança será internalizada, interpretada e compreendida.

Num segundo, a memória e valores oriundos da colonização têm servido como operadores de sentido frente à lógica do capital. Aqui as relações de reciprocidade funcionam como um recurso quando capitais econômicos são escassos para os empreendimentos. Mais do que isto, reciprocidade ainda estrutura o mercado, pois coloca barreiras ao mercado impessoal e à competição exacerbada. Portanto, uma lógica de reciprocidade – que se ampara em relações de proximidade e de parentesco – se acomoda mesmo numa sociedade mercantilizada. Ela fornece ainda o sentido do conviver e do trabalhar e isso, aliás, ajuda a compreender de que modo o controle social está sempre presente, pois as relações sociais são geralmente personalizadas.

Por último, memória e simbólico realizam a reconstrução da identidade frente à diferença. Apenas num momento em que permanecem sob ameaça os referenciais culturais é que elas serão acessadas e articuladas com veemência. As relações de reciprocidade entre os estabelecidos criam, portanto, barreiras, e excluem sujeitos dos círculos de sociabilidade. Com base na memória, os discursos agem tentando suturar pontos nodais abertos pelas resistências dos migrantes - as novas práticas e as condutas sociais distintas. Assim, o parentesco, a etnia e as identidades são acessados como estratégias para enfatizar fronteiras contra os “outsiders”.

Porém, os últimos têm mostrado que o ambiente social em Veranópolis não é mais monolítico do ponto de vista cultural. Aos poucos, estabelecem suas relações sociais - inclusive por meio da reciprocidade -, uma rede que se territorializa. E é justamente em razão de que esses sujeitos resistem e se impõem no espaço social que o conflito social emerge.

Recebido 31 de julho de 2006

Aprovado 23 de novembro de 2006

121

Resumo

O artigo analisa o tema da reciprocidade, relacionando-a com os tópicos da memória e da identidade. A partir de um estudo de caso no município de Veranópolis, Rio Grande do Sul, observou-se que relações de reciprocidade entre os colonos foram fundamentais para a formação de um “modo de ser” que persiste através da memória coletiva e da identidade. No entanto, as relações de reciprocidade e o senso de identidade se vêem confrontados com mudanças sociais significativas no período recente. Neste processo, a memória vem a operar na reestruturação dos referenciais simbólicos, desempenhando papel essencial no conjunto das relações sociais e de poder.

Palavras-chave: reciprocidade; memória; identidade.

Abstract

The article analyses the reciprocity with reference to memory and identity topics. From a case-study in Veranópolis city, state of Rio Grande do Sul, it was observed that relations of reciprocity between settlers were fundamental for the construction of a “way of being” which persists throughout their collective memory and identity. However, these reciprocity relations and sense of identity are confronted with significant social changes recently. In this process, memory appears as an operator in the reconstruction of symbolic references, playing an essential role in the set of social and power relations.

Key words: reciprocity; memory; identity

Notas

¹ Os ritos também têm forte apelo à memória (e à identidade), pois “repousam sobre uma memória coletiva e simbólica e reatualizam um passado dramatizado no presente” (Eckert, 1992, p. 55).

² Sabourin (2003) expõe uma classificação das formas de reciprocidade, que assumem formas positivas e negativas. A reciprocidade agonística ocorre quando há o prestígio do doador.

³ Existem inúmeras perspectivas teóricas que se apropriam do conceito de rede, cada qual revelando particularidades e potencialidades características. Visto que este trabalho se preocupa epistemologicamente de redes sociais, as interpretações de Barnes (1987), Mayer (1987) e Boyssévain (1987) são bastante contundentes. Para Barnes (1987, p. 167), rede social é um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros.

⁴ Este é o caso em que a memória dos que relatam, conforme menciona Tedesco (2004, p. 34), age seletivamente, reformulando um passado segundo as situações do presente.

⁵ A brincadeira se assemelha a um ritual, que sempre remonta ao evento da imigração e à trajetória histórica dos colonos, ou seja, “funcionam como suporte para a construção de uma memória” (Steil, 2001, p. 203). “Rituais são tipos especiais de eventos, mais formalizado e estereotipado, [...] há uma ordem que os estrutura, um sentido de acontecimento cujo propósito é coletivo”. E por que analisar rituais? Porque eles e os eventos críticos “ampliam, focalizam, põem em relevo e justificam o que já é usual” numa sociedade (Peirano, 2001, p. 8).

⁶ Farina (1992, p. 189) salienta que nos primeiros quinze anos não houve casamentos envolvendo grupos étnicos diferentes.

⁷ A respeito desta discussão teórica, Sabourin (2003) defende a idéia que Polanyi substantivizou as interpretações sobre economias de intercâmbio (capitalismo) e economias de reciprocidade. Para Sabourin, uma e outra são modelos ideais, e não aparecem puras nas sociedades. Supor que o capitalismo não acaba com outras formas de relação econômica pode ser entendido por analogia com a crítica que Deleuze e Guattari fizeram à Clastres. Os mecanismos presentes nas sociedades contra o Estado (que inibem seu surgimento) não desaparecem quando o Estado irrompe na história. (Goldman, 1999, p. 82).

⁸ A idéia de articulação remete a uma interpretação do social na qual os significados permanecem flutuantes em relação aos signos. Portanto, não há nenhuma necessidade lógica ou ontológica sobre os significados e sua aderência ao mundo, tal como argumenta Laclau (1986), mas sim práticas articulatórias que visam a estabelecer conexões entre várias posições e certas relações que são contingentes. A noção de sutura, oriunda do universo conceptual lacaniano e utilizada por autores contemporâneos – como Žižek –, sugere que os discursos que se pretendem hegemônicos numa dada sociedade “operam” contra as rachaduras do social, estabelecendo um curto-circuito entre um “Universal vazio e um conteúdo particular” (Žižek, 2005, p. 43).

Referências bibliográficas

1

ANJOS, José Carlos Gomes dos. et al. Evidências históricas da territorialização. In: ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sergio Baptista. **São Miguel e Rincão dos Marmitianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS): Fundação Cultural Palmares, 2004. p. 45-62.

BAILEY, Frederick. Gifts and poison. In: _____. **Gifts and poison: the politics of reputation**. Chicago: Aldine, 1968. p. 1-25.

BARNES, John. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p.159-193.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. **Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985a. V. 1, p. 222-232.

_____. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985b. V. 1, p. 36-49.

BERTOCCO, Luciano. Grupo empresarial Siviero. In: COSTA, Rovilho. (Org.). **Raízes de Veranópolis**. Porto Alegre: Est, 1998. p. 200-204.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989b. p. 107-132.

BOYSSEVAIN, Jeremy. Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 5-38, 1998a.

_____. Don et association. **La Revue de MAUSS**, Paris, n. 11, p. 75-83, 1^{er} sem. 1998b.

CORTEZE, Dilse Piccin. Ulisses foi para América. **Zero Hora**, Porto Alegre, 21 maio 2005. Segundo Caderno, p. 6.

DE BONI, Luis; COSTA, Rovilho. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Est; Caxias do Sul: UCS, 1984.

ECKERT, Cornélia. Passado e presente de devoção na padroeira dos mineiros de carvão. Estudo da Festa de Santa Bárbara no Brasil e na França. In: ORO, Ari Pedro; TEIXEIRA, Sergio Alves. **Brasil & França: ensaios de Antropologia Social**. p. 55-77.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARINA, Geraldo. **História de Veranópolis**. Veranópolis: SMEC, 1992.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GALEAZZI, Zaira. Os serões do filó. In: COSTA, Rovilho. (Org.). **Raízes de Veranópolis**. Porto Alegre: Est, 1998. p.132-133.

GODBOUT, Jacques. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 39-52. out. 1998.

GOLDMAN, Marcio. O que fazer com Selvagens, Bárbaros e Civilizados? In: _____. **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p. 77-82. (Coleção Antropologia da Política, 7).

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, v. 1, p. 41-47, 1986.

MAESTRI, Mario. Imigração italiana: entre a História e o mito. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 maio 2005. Segundo Caderno, p. 2-3.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. V. 2, p. 49-209.

MAYER, Adrian C. A importância dos “quase grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 127-158.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

PEIRANO, Mariza. Prefácio. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: _____. (Org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 7-14.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RUSCHEL, Ruy Ruben. O rio das Antas e seus desafios. In: COSTA, R. (Org.). **Raízes de Veranópolis**. Porto Alegre: Est, 1998. p. 39-44.

SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In : ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2003, Aracaju. **Anais**. Aracaju: UFS, 2003. V. 1, p. 1-26. Fotocópia.

SILVA, Sergio Baptista; BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Etnicidade e territorialidade: o quadro teórico. In: ANJOS, J. C. G. ; SILVA, S. B. **São Miguel e Rincão dos Marmitianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS): Fundação Cultural Palmares, 2004. p. 21-29.

STEIL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual: o Rio das Rãs como remanescente de quilombos. In: PEIRANO, Mariza. (Org.). **O dito e o feito: ensaio de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 197-210.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: Educus, 2004.

VERONESE, Dionísio. **Colônia Alfredo Chaves**: cem anos de história religiosa – 1886-1986. Porto Alegre: Est, 1986.

ŽIŽEK, Slavoj. Multiculturalismo, ou a lógica cultural do capitalismo multinacional. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PRADO, José Luis Aidar. **Žižek crítico**: política e psicanálise na era do multiculturalismo. São Paulo: Hacker, 2005. p. 11-45.